

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N° 001/2020

PREAMBULO

O **CONSORCIO PÚBLICO VALE DO ITAUNINHAS/ES – CIM ITAUNINHAS**, com sede na barragem Engenheiro Valter José Matielo – Zona Rural – Pinheiros – ES, inscrita no CNPJ n°. 16.991.840/0001-01, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação (CPL), cedida pela Prefeitura Municipal de Pinheiros, pela PORTARIA n°048/2019 torna público, para conhecimento dos interessados que, de acordo com a Lei Federal n° 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, bem como, a lei complementar 123/06, 147/2014 e suas alterações, Lei Estadual 9090/2008 e Decreto Municipal 1098/2010, fará realizar conforme processo de **TOMADA DE PREÇOS N° 001/2020**, no **TIPO MENOR PREÇO**, objetivando a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Perfuração de 12 (doze) Poços Tubulares (Sedimentados e/ou Rocha) de 6” Polegadas, para abastecer às residências dos produtores rurais do entorno da Barragem, conforme consta nas Atas de Acordo de Conciliação das Desapropriações da terras, com profundidade máxima de 120 (cento e vinte) metros, elencados, todos neste município, de acordo com o disposto no presente Edital e respectivo anexos, que dele passa a fazer parte integrante, para todos os efeitos.

Sendo eles com profundidade **MÁXIMA** de 120 (cento e vinte)* metros cada:

- 01 - **AMILTON TOM**
♦Coordenadas: 18° 29` 52.21”S 40° 14` 11,04” 0
- 02 - **JOSE´ANTÔNIO BASTIANELO MARQUIORI**
♦Coordenadas: 18° 29` 38.90”S 40° 15` 25,17” 0
- 03 - **ESPÓLIO JULIO CEZAR SANTOS DE OLIVEIRA – HERDEIRA GABRIELA DE OLIVEIRA**
♦Coordenadas: 18° 29` 49.56”S 40° 13` 58,70” 0
- 04- **ESPÓLIO JULIO CEZAR SANTOS DE OLIVEIRA – HERDEIRA SAFIRA HELENA**
♦Coordenadas: 18° 29` 51.26”S 40° 14` 00,33” 0
- 05 - **ROBERTO TELAU E RENATA TELAU**
♦Coordenadas: 18° 29` 41,53”S 40° 13` 29,60” 0
- 06 - **JOSÉ HONOFRE DA CRUZ**
♦Coordenadas: 18° 29` 40.82”S 40° 13` 26.68” 0
- 07 - **BENVINDO TELAU**
♦Coordenadas: 18° 29` 48.42”S 40° 15` 56.57” 0

BARRAGEM ENGENHEIRO VALTER JOSÉ MATIELO

- 08 - **FERNANDO TELAU**
♦Coordenadas: 18° 29` 41.36”S 40° 15` 44.50” 0
- 09 - **ALOISIO TELAU**
♦Coordenadas: 18° 29` 40.28” S 40° 15` 36.21” 0
- 10 - **MARIA AMÉLIA MENEZES TELAU**
♦Coordenadas: 18° 29` 23.13”S 40° 15` 47.79” 0
- 11 - **MARIA HELENA TELAU TOREZANI**
♦Coordenadas: 18° 29` 29.56”S 40° 15` 59.23” 0
- 12 - **MARIA MADALENA DALFIOR**
♦Coordenadas: 18° 29` 38.43”S 40° 14` 48.21” 0

Este Consórcio adotará fases para a efetivação do serviço. A adoção é devido ao valor disponível para efetivação desta obra de **R\$ 130.000,00 (Cento e Trinta Mil Reais)** (Rendimentos Financeiros do Convênio 001/A de 2014). Abaixo segue cronograma e condição da execução dos serviços:

Fase	Descrição
01	Demarcação in loco dos locais de perfuração dos poços semi-artesianos;
02	Perfuração inicial de até 40 (Quarenta) Metros para obtenção de água para uso domiciliar, conforme consta na Ata de Conciliação junto aos Indenizados; Nos poços que não encontrar êxito de água para uso residencial na profundidade inicial de 40 (Quarenta Metros), ficará paralisado momentaneamente, aguardando a média geral das perfurações dos outros poços artesianos.
03	Após a primeira fase de perfurações, será calculado a quantidade de metros utilizadas para subtração da quantidade máxima calculada conforme valor disponível (Valor calculado conforme valor por metro do ganhador do certame)
04	Análise dos poços sem êxito de obtenção de água para uso residencial, verificando a quantidade disponível e rateio do restante da perfuração.
05	Execução do restante da perfuração disponível conforme sobra da Fase 04.

O recebimento da documentação dar-se-á na Sala de Sessões da Câmara Municipal de Pinheiros/ES; situada na Avenida Agenor Luiz Heringer, 297 – Centro – Pinheiros/ES, até às **09:00 horas do dia 11 de Setembro de 2020**, na sala de sessões da Câmara Municipal, situada na Avenida Agenor Luiz Heringer, 297 – Centro – Pinheiros;ES, quando será dado início à abertura dos envelopes “Proposta de Preços”.

Após conhecimento do texto do Edital e Anexos, cópias do mesmo poderão ser solicitados através do e-mail. cimitauninhas@gmail.com

BARRAGEM ENGENHEIRO VALTER JOSÉ MATIELO

DO OBJETO

O objeto desta TOMADA DE PREÇOS é a contratação de empresa para prestação de serviços de Perfuração de 12 (doze) Poços Tubulares (Sedimentados e/ou Rocha) de 6" Polegadas, com máxima de 120 (cento e vinte) metros, dos poços abaixo elencados e condições:

- 01 - **AMILTON TOM**
♦Coordenadas: 18° 29' 52.21"S 40° 14' 11,04" 0, 02 -
- 02 - **JOSE ANTÔNIO BASTIANELO MARQUIORI**
♦Coordenadas: 18° 29' 38.90"S 40° 15' 25,17" 0
- 03 - **ESPÓLIO JULIO CEZAR SANTOS DE OLIVEIRA – HERDEIRA GABRIELA DE OLIVEIRA**
♦Coordenadas: 18° 29' 49.56"S 40° 13' 58,70" 0
- 04- **ESPÓLIO JULIO CEZAR SANTOS DE OLIVEIRA – HERDEIRA SAFIRA HELENA**
♦Coordenadas: 18° 29' 51.26"S 40° 14' 00,33" 0
- 05 - **ROBERTO TELAU E RENATA TELAU**
♦Coordenadas: 18° 29' 41,53"S 40° 13' 29,60" 0
- 06 - **JOSÉ HONOFRE DA CRUZ**
♦Coordenadas: 18° 29' 40.82"S 40° 13' 26.68" 0
- 07 - **BENVINDO TELAU**
♦Coordenadas: 18° 29' 48.42"S 40° 15' 56.57" 0
- 08 - **FERNANDO TELAU**
♦Coordenadas: 18° 29' 41.36"S 40° 15' 44.50" 0
- 09 - **ALOISIO TELAU**
♦Coordenadas: 18° 29' 40.28" S 40° 15' 36.21" 0
- 10 - **MARIA AMÉLIA MENEZES TELAU**
♦Coordenadas: 18° 29' 23.13"S 40° 15' 47.79" 0
- 11 - **MARIA HELENA TELAU TOREZANI**
♦Coordenadas: 18° 29' 29.56"S 40° 15' 59.23" 0
- 12 - **MARIA MADALENA DALFIOR**
♦Coordenadas: 18° 29' 38.43"S 40° 14' 48.21" 0

BARRAGEM ENGENHEIRO VALTER JOSÉ MATIELO

Fase	Descrição
01	Demarcação in loco dos locais de perfuração dos poços semi-artesianos;
02	Perfuração inicial de até 40 (Quarenta) Metros para obtenção de água para uso domiciliar, conforme consta na Ata de Conciliação junto aos Indenizados; Nos poços que não encontrar êxito de água para uso residencial na profundidade inicial de 40 (Quarenta Metros), ficará paralisado momentaneamente, aguardando a média geral das perfurações dos outros poços artesianos.
03	Após a primeira fase de perfurações, será calculado a quantidade de metros utilizadas para subtração da quantidade máxima calculada conforme valor disponível (Valor calculado conforme valor por metro do ganhador do certame)
04	Análise dos poços sem êxito de obtenção de água para uso residencial, verificando a quantidade disponível e rateio do restante da perfuração.
05	Execução do restante da perfuração disponível conforme sobra da Fase 04.

Compete à licitante fazer um minucioso exame do Edital, e das condições de prestação dos serviços, podendo apresentar, por escrito, a CPL, todas as divergências, dúvidas ou erros porventura encontrados, para a devida correção ou esclarecimento, até 02 (dois) dias úteis da data que antecede a apresentação das propostas.

2- DOS TERMOS DE REFERÊNCIA

- Dotação orçamentária:

As despesas para contratação dos serviços decorrentes da presente licitação correrão à conta da dotação orçamentária do exercício de 2020.

P/A: 0001.01000.18.544.001.2001 – Manutenção das Atividades Geral do Consórcio
- 345909300 – Indenização e Restituições;

2.1 - Local e Horário para esclarecimento e informações aos Licitantes: Av. Agenor Luiz Heringer, nº 231 – Centro – Prefeitura Municipal de Pinheiros - ES, das 08:00hs as 11:00hs e das 13:00hs as 16:00hs.

2.2. - Prazo e Duração do Contrato: A execução dos serviços ora ajustado terá início no dia subsequente à data da emissão da Ordem de Serviço, devendo a publicação do resumo do contrato ocorrer na forma do parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações. Ficando ciente a empresa vencedora que deverá aguardar a autorização por escrito do Setor Competente desta Municipalidade para o início do empreendimento. O contrato terá duração **180 (cento e oitenta) dias**.

2.3 - A prorrogação será permitida com as devidas justificativas por escrito, e **após manifestação formal departamento Jurídico do CONSÓRCIO PÚBLICO VALE DO ITAUNINHAS/ES – CIM ITAUNINHAS**.

2.4 - Prazo de validade das Propostas: 90 (sessenta) dias corridos, contados da data prevista para abertura dos envelopes de Habilitação.

2.4.1 - Condição de Reajustamento dos Preços: Os preços contratados NÃO serão reajustados durante a vigência do contrato, da Minuta do Contrato, Anexo IX deste Edital.

BARRAGEM ENGENHEIRO VALTER JOSÉ MATIELO

2.5 - Condições de Pagamento: Os pagamentos serão realizados em conformidade com a Cláusula 5ª - Das Condições de Pagamento da Minuta do Contrato - Anexo IX deste Edital.

2.6 - Local e Horário de Execução dos Serviços: Os serviços serão executados no local previsto e cumprimento das exigências da C.L.T.

3- DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO, CREDENCIAMENTO E BENEFÍCIO DA LEI 123/2006.

3.1 - Não é permitida a participação de consórcio de empresas.

3.2 - Não será habilitada a empresa que tenha sido declarada inidônea pela Administração Pública, Estadual, Municipal ou Federal, ou que esteja cumprindo suspensão do direito de licitar e de contratar com os Órgãos da Administração Pública Municipal.

3.3 - Não poderão participar da presente licitação as empresas das quais servidor do Município seja gerente, acionista, controlador, responsável técnico ou subcontratado.

3.4 - As empresas candidatas a esta TOMADA DE PREÇOS deverão satisfazer as condições expressas no presente Edital, seus anexos e legislação pertinente.

3.5 – Em referência a visita técnica, as licitantes deverão entrar em contato com **CONSORCIO PÚBLICO VALE DO ITAUNINHAS/ES – CIM ITAUNINHAS**, a qual atenderá através do telefone **(27) 9 9608 9065**. **Salientamos que a visita técnica NÃO É OBRIGATÓRIA**, porém, o licitante que não fizer a visita técnica terá precluído o seu direito de alegar desconhecimento dos serviços a serem prestados ou alegar fatos impeditivos de executar o contrato.

3.6 – CREDENCIAMENTO

3.6.1 – Para fins de credenciamento junto a CPL, o proponente poderá enviar um representante munido de documento que o credencie à participação (ANEXO 2), respondendo o mesmo pela representada.

3.6.2 – O credenciamento ocorrerá na mesma data e local mencionados no item 2.1 a partir das 8h até as 08:10h. 3.2.1 – O credenciamento é imprescindível para que o interessado possa se manifestar durante o certame fazendo apontamentos requerendo que seja registrado em ata.

3.6.3 – Para a efetivação do credenciamento o representante do proponente exibirá a Presidente da CPL qualquer documento de identidade emitido por órgão público juntamente com um original de instrumento procuratório (ANEXO 2) que o autorize a participar especificamente desta Tomada de Preços e a responder pelo proponente.

3.6.4 – Deverá ser juntada cópia autenticada de documento (apresentação do ato constitutivo, estatuto ou contrato social e seus termos aditivos, do documento de eleição de seus administradores, devidamente registrados na Junta Comercial ou no cartório de pessoas jurídicas, conforme o caso), a fim de comprovar se o outorgante do instrumento procuratório que trata o subitem anterior possui os devidos poderes da outorga supra.

3.6.5 – No caso de proprietário, diretor, sócio ou assemelhado da proponente que comparecer ao local, deverá comprovar a representatividade por meio da apresentação do ato constitutivo, estatuto ou contrato social e seus termos aditivos, do documento de eleição de seus administradores, devidamente registrados na Junta Comercial ou no cartório de pessoas jurídicas, conforme o caso.

3.6.6 – Os documentos poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de nota, hipótese em que a autenticação deverá ocorrer previamente ao credenciamento, ou por publicação Oficial.

3.7 – Caso o proponente não compareça, mas envie toda a documentação necessária dentro do prazo estipulado, participará da Tomada de Preços sendo inclusive lhe assegurado o direito de recurso.



BARRAGEM ENGENHEIRO VALTER JOSÉ MATIELO

3.8 – As licitantes para usufruírem o benefício da lei 123/2006 DEVERÃO apresentar no CREDENCIAMENTO a CERTIDÃO EXPEDIDA PELA JUNTA COMERCIAL (com emissão de no máximo 90 dias), seguindo o delineamento do art. 8º da Instrução Normativa nº 103/2007 do Departamento Nacional de Registro do Comércio.

4- DO RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA

4.1 - Os licitantes deverão entregar, no dia, hora e local definidos no preâmbulo deste Edital, ao Presidente da Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Pinheiros, sua documentação e sua proposta em dois envelopes, indevassáveis, rubricados, contendo na parte externa os seguintes dizeres:

A) Envelope Proposta de Preços
Consórcio Público Vale do Itauninhas ES
Razão Social completa da licitante
Referente Tomada de Preços nº 001/2020

B) Envelope Habilitação
Consórcio Público Vale do Itauninhas ES
Razão Social completa da licitante
Referente Tomada de Preços nº 001/2020

4.2 - Será de inteira responsabilidade das proponentes o meio escolhido para entrega, à Comissão de Licitação, dos envelopes acima, não sendo consideradas quaisquer propostas recebidas intempestivamente, ainda que em razão de caso fortuito, força maior ou fato de terceiros;

4.3 - Não serão consideradas para qualquer efeito as datas em que tenham sido postados os envelopes, ou a entrega em local diferente do endereço indicado.

5 - PROPOSTA COMERCIAL – ENVELOPE Nº 01

5.1- O licitante entregará consoante o disposto no item 4.1, o envelope “1”, contendo a proposta comercial, nos termos do modelo do Anexo IV, que deverá ser apresentada em papel personalizado, em 01 (uma) via original, redigida em linguagem clara, sem emendas, rasuras, ressalvas ou entrelinhas, assinada na última folha e rubricada nas demais, devendo conter obrigatoriamente:

5.1.1 Preço em algarismo e por extenso, para execução do objeto desta licitação, observando as condições previstas neste Edital e anexo;

5.1.2 **Declaração** de que o preço global compreende todas as despesas necessárias à perfeita realização dos serviços, cobrindo todos os custos de mão-de-obra, inclusive folgadores, encargos sociais, materiais, equipamentos, transportes, alimentação, lucros, encargos fiscais e parafiscais, despesas diretas e indiretas, bem como aquelas indispensáveis para proporcionar e manter a higiene e a segurança dos trabalhos, conforme anexo IV;

5.1.3 Prazo de execução da obra, que deverá ser de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data da emissão da Ordem de Serviço;

5.1.4 Prazo de validade da Proposta não inferior a 90 (noventa) dias, contados da data prevista para a abertura da licitação;

6 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO - ENVELOPE Nº 02

6.1 - Os proponentes deverão apresentar os documentos relacionados abaixo, em original, ou por qualquer processo de cópia autenticada em Cartório, ou publicação em órgão de imprensa oficial ou ainda por autenticação direta da Comissão de Licitação, quando apresentados simultaneamente à cópia e o original, ficando os mesmos como parte integrante do Procedimento Licitatório.

6.1.1 - Habilitação Jurídica

- a) Carteira de Identidade do representante legal da firma signatária da proposta;
- b) Registro Comercial, no caso de empresa individual;
- c) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social e alterações em vigor, acompanhado de prova de seu registro ou inscrição e de eleição de seus atuais administradores, em se tratando de sociedades comerciais ou sociedades por ações;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- e) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhadas de prova de diretoria em exercício.

6.1.2 - Regularidade Fiscal

- a) **Prova de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão Conjunta RFB x PGFN x INSS)**
- c) Prova de regularidade (certidão) com o FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço);
- d) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual da sede do licitante;
- e) Prova de Regularidade (certidão) com a Fazenda Municipal da sede do licitante;
- f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) emitida no site www.tst.jus.br/certidao conforme exigido na Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011.

Observação: Desde o dia 03/11/2014, a Receita Federal emite as certidões relativas aos itens “a” e “b” em uma única certidão que abrange todos os créditos tributários federais administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), denominada “Certidão de regularidade das contribuições previdenciárias e de terceiros”.

Poderão ser apresentadas para fazer prova da regularidade as Certidões Negativas obtidas via “INTERNET”, cabendo a quem receber o referido documento confirmar o seu teor na própria rede de comunicação internet ou no órgão emitente.

6.1.3 - Relativos à Idoneidade Financeira:

- a) Certidão expedida no ano em curso, pela Corregedoria ou órgão correspondente do Estado, Distrito ou Território Federal, onde for sediada a empresa, na qual constem quais os cartórios distribuídos de falência e concordata;
- b) Prova do Capital Social Registrado e Integralizado, na forma da Lei, arquivado em órgão competente, ou valor do patrimônio líquido mínimo correspondente a 10% (dez por cento) do valor estimado dos serviços, até a data de entrega dos envelopes, admitida a atualização até essa data

BARRAGEM ENGENHEIRO VALTER JOSÉ MATIELO

através de índices oficiais, podendo ser comprovado sob a forma de qualquer das modalidades a seguir:

- Certidão de Breve Relato expedida pela junta Comercial, e ou
- Último Instrumento de Alteração Contratual.
- Balanço Patrimonial do último exercício registrado no órgão de registro;

c) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, publicados na Imprensa Oficial, no caso das Sociedades Anônimas, ou, nos demais casos, autenticados, certificados por contabilista registrado no Conselho Regional de Contabilidade competente, e apresentar cópia legível da página do Livro Diário em que se acham regularmente transcritos, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, ficando o licitante obrigado à apresentação dos cálculos dos índices extraídos das demonstrações contábeis comprovando a boa situação financeira conforme descrito no item “b” abaixo.

d) Para efeito da avaliação econômico-financeiro dos licitantes conforme § 1º e § 5º do art. 31 da Lei nº 8666/93 e suas alterações, ficam estabelecidos os indicadores econômicos, como segue:

1) ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL (ILG)

O Índice de Liquidez Geral é o resultado final do exame da Capacidade Financeira apurado em Balanço, segundo a fórmula abaixo, pelo qual ficará conhecida a possibilidade de solução dos compromissos da firma ou empresa.

$$ILG = \frac{AC + RLP}{PC + ELP}$$

ILG = Índice de Liquidez Geral

AC = Ativo Circulante

RLP = Realizável a Longo Prazo

PC = Passivo Circulante

ELP = Exigível a Longo Prazo

O Índice de Liquidez Geral (ILG) inferior a 1,00 desqualifica a empresa ou firma.

2) ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE (ILC)

Índice de Liquidez Corrente (ILC), calculado com base nos dados no Balanço, de acordo com a seguinte fórmula:

$$ILC = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

O Índice de Liquidez Corrente (ILC) inferior a 1,00 desqualifica a empresa ou firma.

3) ÍNDICE DE ENDIVIDAMENTO GERAL (IEG)

Índice de Endividamento Geral (IEG), calculado com base nos dados contidos no balanço, de acordo com a seguinte fórmula:

$$IEG = \frac{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGIVEL A LONGO PRAZO}}{\text{ATIVO TOTAL}}$$

O Índice de Endividamento Geral (IEG) superior a 0,50 (zero vírgula cinquenta), desqualifica a empresa ou firma.

BARRAGEM ENGENHEIRO VALTER JOSÉ MATIELO

***OBS:** Os balanços patrimoniais que não atenderem as NBC – Normas Brasileiras de Contabilidade será motivo para a desclassificação da empresa. Também será motivo de desclassificação a empresa que apresentar o Ativo Circulante e não comprovar a origem dos recursos, se exigida pela CPL.

6.1.4 - Relativos à Capacidade Técnica:

6.1.4.1 Comprovante de registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) da empresa contendo as atribuições compatíveis ao certamente acompanhado da certidão de regularidade;

6.1.4.2 Será(ão) inválida(as) a(as) certidão(es) que não apresentar(em) rigorosamente a situação atualizada da empresa, conforme Resolução nº 266/79, do CONFEA e demais regramentos pertinentes.

OBS.: Na hipótese de a vencedora da licitação ter seu Registro no Conselho de outro Estado, deverá apresentar no ato da assinatura do CONTRATO o 'VISTO' do seu Registro na Seccional do Conselho no ES, nos termos do art. 58 da Lei 5.194/66, na forma da Resolução 413/97 do CONFEA e demais regramentos pertinentes.

6.1.4.3 Declaração individual de visita aos locais dos serviços onde serão executados a obra, em nome do profissional – Engenheiro Geólogo, no qual constam na Certidão de Registro e Quitação de Pessoa Jurídica do CREA, e ou responsável legal pela empresa (Anexo V). – **A VISITA NÃO SERÁ OBRIGATÓRIA, PORÉM, O LICITANTE QUE NÃO FIZER A VISITA TÉCNICA TERÁ PRECLUÍDO O SEU DIREITO DE ALEGAR DESCONHECIMENTO DOS SERVIÇOS A SEREM PRESTADOS OU ALEGAR FATOS IMPEDITIVOS DE EXECUTAR O CONTRATO.**

6.1.4.09 Declaração por escrito, firmada pelo representante legal da licitante, de que se compromete a cumprir os prazos e as condições estabelecidas no Edital de Tomada de Preços e Anexo.

6.1.4.10 Declaração de que recebeu os documentos, tomou conhecimento de todas as informações e das condições desta licitação.

6.1.4.11 Declaração de inexistência no quadro funcional da empresa de menor de dezoito anos desempenhando trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou de qualquer menor de dezesseis anos, salvo o contratado na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos. (Anexo VII)

6.1.4.12 Todas as Declarações exigidas e Informações, bem como, a Proposta Comercial (Anexo IV) deverão ser autenticadas quando se tratar de cópias. Qualquer documento poderá ser autenticado por membro da licitação quando for apresentado o original com **antecedência de até 48 horas antes do certame.**

OBS: A fim de facilitar o exame da documentação, solicita-se aos licitantes que apresentem seus documentos na ordem que estão listados neste edital, bem como, todos os documentos deverão estar **PERFURADOS** para arquivo e **RIGOROSAMENTE NUMERADOS**. O licitante que descumprir essa exigência terá o prazo de 10 (Dez) minutos para fazê-lo sob pena de ser desclassificado do certame.

Para efeito de assinatura e execução do contrato o licitante vencedor deverá entregar os seguintes documentos para serviços de perfuração em sedimentos e camadas de Rochas:

1 – Cadastramento na AGERH

2 – Relatório do Poço com nível Estático, nível dinâmico, nível diâmetro, vazão, profundidade.

4 – ART do Profissional Responsável

BARRAGEM ENGENHEIRO VALTER JOSÉ MATIELO

5 – Geólogo ou profissional com atribuições compatíveis na forma da legislação em vigor

7- DOS PROCEDIMENTOS

A presente licitação será processada e julgada com observância dos seguintes procedimentos:

7.1 - Recebimento dos envelopes, com chamada das empresas e anotações na ata dos representantes dos licitantes presentes.

7.2 - Os documentos constantes do envelope Proposta de Preços, serão rubricados por todos os licitantes presentes e pelos Membros da Comissão de Licitação, permitindo-se aos interessados o exame dos mesmos no local.

7.3 - O resultado da Classificação será comunicado aos licitantes após o encerramento dessa primeira fase dos trabalhos, o que poderá ocorrer na mesma data da abertura dos respectivos envelopes, caso contrário através de publicação na Imprensa Oficial.

7.4 - O envelope Habilitação dos licitantes que não forem classificados serão devolvidos aos respectivos proponentes, fechados, desde que decorrido o prazo legal, ou não tenha havido recurso, ou após denegação deste.

7.5 - Havendo renúncia expressa de todos os licitantes a qualquer recurso contra o julgamento da Proposta de Preços, o envelope Habilitação dos 3 licitantes mais bem classificados serão abertos imediatamente depois de encerrados os procedimentos relativos àquela fase, caso contrário, a Comissão de Licitação marcará nova data para sua abertura.

7.6 - A abertura dos envelopes será realizada no local definido neste Edital, sendo lavrada ata circunstanciada, assinada pelos licitantes presentes e pelos membros da Comissão, ficando todos os documentos a disposição dos licitantes para exame.

7.7 - É facultado a CPL, em qualquer fase, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instauração do processo, não sendo aceita inclusão de qualquer documento ou informação após a hora prevista para recebimento dos envelopes.

7.8 - Qualquer licitante, através de seu representante legal, poderá fazer constar em ata suas reclamações, ficando a critério dos membros da Comissão acatá-las ou não, considerando não possuírem estas efeito de recurso, que deve obedecer ao procedimento apropriado.

7.9 - Ocorrendo a desclassificação de todas as propostas ou a inabilitação de todos os licitantes, a Administração poderá fixar aos licitantes o prazo de 08 (oito) dias úteis para a apresentação de nova documentação ou de outras propostas escoimadas das causas referidas no item 8.2 deste edital.

8- DA AVALIAÇÃO, JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

8.1 - O julgamento desta licitação será feito pelo critério de menor preço da proposta, conforme Anexo IV.

8.2 - Serão desclassificadas as propostas que:

a) Não atenderem as disposições contidas neste edital;

Apresentarem preço global, simbólico, irrisório ou incompatível com os preços de mercado;

Apresentarem cotação parcial ou vantagens baseadas nas ofertas dos demais licitantes;

Apresentarem preços unitários superiores ao orçamento base do **CONSORCIO PÚBLICO VALE DO ITAUNINHAS/ES – CIM ITAUNINHAS: R\$ 130.000,00 (Cento e Trinta Mil Reais)**.

8.3 - Em caso de empate entre dois ou mais proponente a Comissão de Licitação, procederá ao sorteio, em local e data a serem definidos, para o qual todos os licitantes serão convidados.

8.4 - A Comissão Permanente de Licitação examinará as propostas para verificar se estão completas, se não ocorreram quaisquer erros na sua elaboração, e se os documentos foram adequadamente assinados.

BARRAGEM ENGENHEIRO VALTER JOSÉ MATIELO

- 8.5 - Erros aritméticos serão retificados de acordo com a seguinte base: se houver discrepância entre os valores propostos, prevalecerá o montante por extenso. Se o proponente não aceitar a correção do erro, sua proposta será rejeitada.
- 8.6 - A Comissão Permanente de Licitação lavrará relatório circunstanciado dos trabalhos, apontando os fundamentos das desclassificações e da seleção efetuada.
- 8.7 - Os proponentes serão notificados do resultado referente ao julgamento desta licitação, através de comunicação pelo Diário da Amunes e site do Consórcio: www.cimitauninhas.com.br.
- 8.8 - Não serão levadas em consideração vantagens não previstas neste Edital, nem ofertas de redução sobre a proposta que melhor tenha atendido os interesses da Administração Pública.
- 8.9 - O Consórcio Público Vale do Itauninhas ES poderá desclassificar o licitante até a assinatura do Contrato por despacho fundamentado, sem direito à indenização ou ressarcimento e sem prejuízo de outras sanções cabíveis, se tiver conhecimento de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento da licitação, que desabone sua idoneidade ou capacidade financeira, técnica ou administrativa.

9) IMPUGNAÇÕES, RECURSOS ADMINISTRATIVOS E OUTRAS INTERPOSIÇÕES

9.1) DAS IMPUGNAÇÕES

- a) Qualquer cidadão poderá impugnar este edital por irregularidade na aplicação da legislação vigente, em especial a Lei Federal nº. 8.666/93, devendo protocolizar o pedido Direto na Comissão Permanente de Licitação do Município de Pinheiros/ES até 05 (cinco) dias úteis, inclusive, antes da data indicada no item “2.1” das Condições Específicas deste edital.
- b) Qualquer empresa licitante poderá impugnar o edital por irregularidade na aplicação da legislação vigente, em especial da Lei Federal nº. 8.666/93, devendo Protocolizar o pedido direto na Comissão de Licitação – ES, até 02 (dois) dias úteis antes da data indicada no item “2.1” das Condições Específicas deste edital.

9.1.1) As impugnações aqui referidas deverão ser protocolizadas **EXCLUSIVAMENTE** com a Comissão de Licitação, em dias úteis, no horário das 08:00h às 11h00 de 13:00h às 16h00, dentro do prazo legal, sob pena de preclusão.

9.2) DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS E OUTRAS INTERPOSIÇÕES

- a). Cabe recurso ou representação ou pedido de reconsideração contra os atos da Administração do Consórcio Público Vale do Itauninhas ES, praticados nesta licitação, que serão processados nos termos e condições dispostos no art. 109 da Lei Federal nº. 8.666/1993, em decorrência da aplicação dessa própria Lei Federal nº. 8.666/1993.
- b). Das decisões proferidas pela Comissão Permanente de Licitação quanto a ato de “habilitação ou inabilitação” de empresa licitante e “julgamento de propostas”, caberão recursos à Consórcio Público Vale do Itauninhas ES, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da data da lavratura da ata ou intimação do ato.

BARRAGEM ENGENHEIRO VALTER JOSÉ MATIELO

c). O Recurso Administrativo interposto tanto na fase de habilitação como na fase de classificação e julgamento das propostas, terá efeito suspensivo.

d). Nenhum prazo de Recurso Administrativo se iniciará ou correrá, sem que os autos do processo estejam com vistas franqueadas aos interessados.

e) Caso seja interposto recurso pugnando pela inabilitação de qualquer empresa, deverá a empresa indicada para desclassificação apresentar contrarrazões do recurso também no prazo de 05 dias úteis, subsequente ao prazo para interposição do referido recurso.

Caso estejam todos os licitantes presentes, a presidente intimará no ato de lavratura da ata e abrirá o prazo para interposição do referido recurso, sendo que será aberta vista dos autos para tirar fotos de celular, ou caso queira cópia dos autos, poderá um membro da Comissão acompanhar o requerente até uma papelaria para retirar as referidas cópias, as quais correrão as expensas do licitante.

Caso não estejam todos os licitantes presentes, o prazo começará a contar a partir da publicação da intimação para apresentação dos recursos, sendo que tal intimação será publicada no site oficial deste consórcio, a saber: www.cimitauninhas.com.br.

9.2.1) Os recursos aqui referidos deverão ser protocolizados **EXCLUSIVAMENTE** no Setor de Licitações, em dias úteis, **no horário de 08:00 às 11:00 e das 13:00 as 16:00h**. Qualquer recurso protocolado em setor diverso de onde funciona a Comissão de licitação, poderá perder o prazo legal para ser conhecido, por isso os recursos deverão ser protocolados no Setor de Licitações com a presidente, **e na sua ausência, com qualquer um dos membros da Comissão**.

9.3) A impugnação, o recurso administrativo ou outra interposição, sem exclusão do acesso ao Poder Judiciário previsto na Constituição Federal, sujeitará o autor que litigar de má-fé à responsabilidade civil e criminal, conforme o caso, nos termos dos Artigos 16, 17 e 18 da Lei Federal nº. 5.869/93.

Na hipótese da caracterização da litigância de má-fé, o Consórcio Público Vale do Itauninhas ES, independentemente do aforamento da ação judicial competente, aplicará à empresa inquinada, tão logo constatado o fato, a penalidade de suspensão do direito de participar pelo prazo de **dois anos** das licitações promovidas pelo Município de Pinheiros - ES.

9.4) Não será conhecida a Impugnação ou o Recurso Administrativo interpostos em desacordo com as condições deste edital.

10 DO PRAZO E CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DO CONTRATO

10.1- Homologada a licitação e após decorrido o prazo para a interposição dos recursos e suas respectivas decisões, será o licitante vencedor convocado para assinar o contrato, o que deverá fazer no prazo de 8(oito) dias.

10.2- Para efetivar a assinatura deverá apresentar o comprovante de situação regular perante as contribuições previdenciárias.

10.3- Caso não compareça devidamente munido da documentação para firmar o contrato, poderão ser aplicadas às penalidades previstas neste edital e anexo, quais sejam: multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato estabelecido em sua proposta e, ainda, a suspensão para contratar com a

BARRAGEM ENGENHEIRO VALTER JOSÉ MATIELO

Administração ou declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública Estadual, nos termos do art. 87 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

10.4- A Administração poderá prorrogar o prazo do item 10.1, por igual período, nos termos do art. 64, § 1º da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

11. DAS PENALIDADES

11.1- Durante a execução do Contrato, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:

a) Advertência;

Multa de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso;

Multa de 10% (dez por cento) pelo descumprimento do Contrato;

Suspensão para contratar com a Administração;

Declaração de inidoneidade para contratar com toda a Administração Pública Estadual.

11.2- Antes da aplicação de qualquer das penalidades, a Contratada será advertida, devendo apresentar defesa em 05 (cinco) dias úteis.

11.2-1. A Contratada, durante a execução do Contrato, somente poderá receber 03 (três) advertências, quando, então, será declarado o descumprimento do Contrato, com a aplicação das penalidades cabíveis. A Administração, porém, poderá considerar rescindido o Contrato mesmo que só tenha ocorrido uma advertência.

11.2-2. As advertências, quando seguidas de justificativa aceita pela Administração, não serão computadas para o fim previsto no subitem 11.2.1.

11.2-3. As advertências, quando não seguidas de justificativa aceita pela Administração, darão ensejo à aplicação das penalidades das letras “b” a “e” do item 11.1.

11.3- As multas previstas nas letras “b” e “c” poderão ser aplicadas em conjunto e acumuladas com uma das penalidades previstas nas letras “d” e “e” todas do item 11.1.

11.3-1. A multa moratória será calculada do momento em que ocorreu o fato gerador e não da advertência, estando limitada a 10% (dez por cento), quando deverá ser rescindido o Contrato e aplicada, também, a multa cominatória de 10% (dez por cento). Poderá a Administração, entretanto, antes de atingido o pré-falado limite, rescindir o Contrato em razão do atraso.

11.4- A Administração poderá considerar outros fatos, que não o simples atraso na execução do serviço, para entender rescindido o Contrato.

11.5- As multas serão calculadas pelo total do Contrato, devidamente atualizado nos termos das cláusulas do reajuste.

11.6- Se o descumprimento do Contrato gerar conseqüências graves para a Administração, poderá a Administração, além de rescindir o Contrato, aplicar uma das penalidades previstas na letra “d” ou “e” do item 11.1.

11.7- Se os danos restringirem-se à Administração Contratante, será aplicada a pena de suspensão pelo prazo máximo de 02 (dois) anos.

11.8- Se puderem atingir a Administração Pública Estadual como um todo, será aplicada a pena de Declaração de Inidoneidade.

11.9- A dosagem da pena e a dimensão do dano serão identificados pela Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Obras e Transporte.

11.10- Quando declarada a Inidoneidade da Contratada, o Presidente da CPL submeterá sua decisão a Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Obras e Transporte, a fim de que, se confirmada, tenha efeito perante a Administração Pública Estadual.

11.11- Não confirmada a Declaração de Inidoneidade, será esta considerada como suspensão para contratar com a Administração pelo prazo máximo.

BARRAGEM ENGENHEIRO VALTER JOSÉ MATIELO

11.12- Poderão ser declarados inidôneos ou receberem a pena de suspensão as empresas ou profissionais que, em razão dos contratos regidos pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações:

- a) Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos.
- b) Tenham praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.
- c) Demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude da prática de e atos ilícitos.

12. DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES CONTRATANTES

12.1- As responsabilidades das partes contratantes constam da minuta de Contrato que integra o Anexo XIII, deste Edital.

13. DAS GARANTIAS PARA A EXECUÇÃO DOS CONTRATOS

13.1- O licitante vencedor, no ato da assinatura do respectivo Contrato, oferecerá garantia equivalente a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato, conforme artigo 56 inciso II da Lei 8666/93 e suas alterações, isto é, para esse certame a única forma de garantia aceita é o **Seguro Garantia**.

13.2- Além dos 5% (Cinco por Cento) do valor do Contrato como Seguro Garantia, o vencedor do certame, em que sua proposta estiver menor que 80% (Oitenta por Cento) do valor médio orçado por este consórcio, fará Seguro Garantia adicional sobre a diferença entre a proposta vencedora e os 80% (Oitenta por Cento) da média orçada por este consórcio, com base no § 2º do Art. 48 da Lei 8666/93.

13.3- O não oferecimento da garantia, impede a assinatura do contrato, abrindo azo para que a administração, contrate com o licitante subsequente, ficando o licitante que venceu o certame e não apresentou garantia, sujeito a abertura de PAD, com as aplicações das sanções previstas na Lei 8.666/93.

14. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO DA LICITAÇÃO

14.1- O recebimento do objeto da presente licitação se fará na forma estabelecida no Anexo VIII deste Edital.

15. DOS PREÇOS

15.1- Os licitantes deverão apresentar preços conforme solicitação da planilha de preços deste Edital.

15.2- Os preços cotados terão como data base à data da planilha de preços realizada pela Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Obras e Transporte da Prefeitura Municipal de Pinheiros.

15.3- Os preços cotados deverão representar a compensação integral para a execução dos serviços cobrindo todos os custos diretos e indiretos, encargos, impostos, lucros, administração e outros.

O preço máximo atribuído a Obra é de **R\$ R\$ 130.000,00 (Cento e Trinta Mil Reais)**. Na hipótese de oferta de preço unitário diferenciado para o mesmo serviço será considerado o menor preço.

BARRAGEM ENGENHEIRO VALTER JOSÉ MATIELO

16. DA RESCISÃO

16.1- A rescisão das obrigações decorrentes da presente Tomada de Preços se processará de acordo com o que estabelecem os arts. 78 e 79 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

16.2- Declarada a rescisão do contrato, a contratada receberá do contratante apenas o pagamento dos serviços realizados, pelo preço de compra acrescido das despesas de transporte dos materiais estocados no canteiro de serviços e a eles destinados.

17. DAS MEDIÇÕES DOS SERVIÇOS

17.1- A fiscalização do **CONSORCIO PÚBLICO VALE DO ITAUNINHAS/ES – CIM ITAUNINHAS**, assistida pela licitante vencedora, efetuará medição mensal dos serviços até o 10º (décimo) dia do mês, sendo que a medição abrangerá o serviço executado até o último dia do mês anterior.

17.2- A medição será sempre efetuada sobre o total realizado no período, sendo que os eventos impugnados pela fiscalização não serão considerados até a sua correção total.

17.3- Condições de execução, fiscalização e recebimento da Obra/Serviço:

a) Através de processos devidamente instruídos serão admitidos decréscimos ou acréscimos conforme permitido em Lei, e após **Manifestação Formal do Assessoria Jurídica do CONSORCIO PÚBLICO VALE DO ITAUNINHAS/ES – CIM ITAUNINHAS**

A variação de serviços referida no subitem anterior será efetivada obedecendo ainda os seguintes critérios:

17.4- Acréscimo dos Serviços

a) Quando os serviços constarem da planilha orçamentária apresentada pela contratada os preços serão aqueles previstos na mesma.

a.1) Quando os serviços não constarem da planilha orçamentária da contratada, os preços serão determinados pela tabela de preços da FCAA/LABOR, vigente na data da ordem de acréscimo corrido pela expressão:

$$AS = \frac{\text{Preço da Contratada}}{\text{Preço da Prefeitura de Pinheiros, subitem 16.4}}$$

a.2) Inexistindo elementos que permitam a fixação dos preços correspondentes prevalecerão os que vierem a ser ajustados entre o **CONSORCIO PÚBLICO VALE DO ITAUNINHAS/ES – CIM ITAUNINHAS**, e a contratada.

a.3) Caso não haja acordo entre as partes o **Consórcio Público Vale do Itauninhas ES**, poderá contratar com terceiros sem que caiba a contratada quaisquer direitos ou reclamações.

b) A proponente vencedora durante toda a execução do contrato deverá submeter-se às Normas da Avaliação de Empresa Contratada.

Se a contratada já houver adquirido os materiais para aplicação na obra/serviço, antes da Ordem de Supressão, serão pagos exclusivamente os valores dos materiais pelo preço de aquisição regularmente comprovada devendo ser os mesmos recolhidos ao Almojarifado da Prefeitura Municipal de Pinheiros.

Se a Contratada não se manifestar após a Ordem de Supressão será deduzido dos pagamentos o valor dos materiais conforme previsto na Planilha Orçamentária.

BARRAGEM ENGENHEIRO VALTER JOSÉ MATIELO

18. DA ANULAÇÃO E REVOGAÇÃO

18.1- Por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, a Administração poderá revogar a presente licitação; devendo anulá-la por ilegalidade, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, sem que tal ato possa gerar obrigação de indenizar, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

18.2- A nulidade do procedimento licitatório induz a do Contrato, ressalvando o disposto no parágrafo único do art. 59, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações;

18.3- No caso de desfazimento do processo licitatório, fica assegurado o contraditório e a ampla defesa.

19. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO DOS SERVIÇOS

19.1- O pagamento dos serviços prestados obedecerá ao disposto na minuta do Contrato Anexo XIII, deste Edital.

20. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1- O presente Edital poderá ser obtido na sede do Consórcio, no horário de 08:00 às 11:00 e das 13:00 às 16:00 horas, de segunda à sexta feira na Av. Agenor Luiz Heringer, nº 231 – Centro – Pinheiros – ES, na página <http://cimitauninhas.com.br/> e através do email: cimitauninhas@gmail.com

20.2- A Comissão Permanente de Licitação dirimirá as dúvidas que suscitem o Edital, desde que argüida por escrito até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura dos envelopes de habilitação no endereço indicado no item 21.1.

20.3- Serão rejeitadas as propostas que não atenderem a todas as condições deste Edital, quer por omissão, quer por discordância, ou que apresentarem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas em suas partes essenciais, de modo a ensejar dúvidas.

20.4- A Comissão de Licitação poderá solicitar, a qualquer licitante ou a terceiros, informações e esclarecimentos que se fizerem necessários.

20.5- Poderão ser convidados a colaborar com a Comissão Permanente de Licitação, assessorando-a quando necessário, profissionais de reconhecida competência técnica, não vinculada direta ou indiretamente a qualquer dos licitantes, ligados ou não ao Poder Executivo do Estado do Espírito Santo.

20.6- Caso haja necessidade de aumento ou redução dos serviços, por solicitação da autoridade responsável pela fiscalização, em função das tarefas desempenhadas em cada local de trabalho, o número de empregados alocados poderá sofrer modificações para mais ou para menos, até o limite estabelecido pela Lei nº 8.666/93, em seu art. 65 § 1º;

20.7- Quem quiser se fazer representar deverá apresentar Carta Credencial, conforme modelo do Anexo III, ou qualquer instrumento de mandato indicando representante legal para fins de Licitação, acompanhado do contrato social ou similar sem o que não poderá intervir em favor da licitante.

20.8- Não serão levadas em consideração pelo **CONSORCIO PÚBLICO VALE DO ITAUNINHAS/ES – CIM ITAUNINHAS**, em qualquer das fases do procedimento, consultas, pleitos ou reclamações que não tenham sido formulados por escrito e devidamente protocolados. Em hipótese alguma serão aceitos entendimentos verbais entre as partes.

20.9- Caso as datas previstas para realização desta Tomada de Preço recaiam em dia não útil e não havendo retificação da convocação, será realizada no primeiro dia útil subsequente, no mesmo local e horas previstos.

20.10- Para dirimir controvérsias decorrentes deste certame o Foro competente é o da Comarca de Pinheiros do Estado do Espírito Santo, excluindo qualquer outro por mais especial que seja.



BARRAGEM ENGENHEIRO VALTER JOSÉ MATIELO

20.11- A presente licitação tem fundamento legal na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, consolidada na Lei Complementar nº 123/2006e suas alterações.

20.12- São partes integrantes deste Edital, os anexos a seguir relacionados:

ANEXO I – Termo de Referência;

ANEXO II – Modelo de Declaração de Superveniência;

ANEXO III – Modelo de Credencial;

ANEXO IV – Modelo de Proposta Comercial;

ANEXO V – Declaração de Visita ao Local dos Serviços;

ANEXO VI - Modelo de Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo;

ANEXO VII - Modelo de Declaração de Regularidade Para com o Ministério do Trabalho;

ANEXO VIII – Minuta do Contrato;

Pinheiros - ES, 25 de Agosto de 2020.

ARNÓBIO SILVA PINHEIROS
Presidente

LEILSON DUARTE
Superintendente

ANEXO I

**TERMO DE REFERÊNCIA
TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2020**

TERMO DE REFERENCIA REFERENTE A PERFURAÇÃO DE 12 (DOZE) POÇOS ARTESIANOS, COM PROFUNDIDADE MÁXIMA DE 120 (CENTO E VINTE) METROS.

1- OBJETO

A presente licitação tem por objetivo a contratação de empresa especializada em engenharia, para prestação de serviços na Perfuração de 12 (doze) Poços Tubulares (Sedimentados e/ou Rocha) de 6” Polegadas, com no máximo 120 metros com fornecimento de todos os materiais, ferramentas, equipamentos e mão-de-obra especializada, conforme exigências do edital e deste termo.

2- JUSTIFICATIVA E CONTEXTUALIZAÇÃO

A presente contratação se justifica por força de Acordo para a perfuração de novos Poços Artesianos, para abastecer às residências dos produtores rurais do entorno da Barragem, uma vez que os do uso foram alagados, devido ao enchimento do barramento, acordo estes constantes nas Atas de Conciliação das Desapropriações da Terras

3- OBJETIVO GERAL

O objetivo desta contratação se justifica por tratar-se de serviços necessário ao abastecimento humano dos produtores indenizados do entorno da barragem Engenheiro Valter José Matielo, administrada pelo **CONSORCIO PÚBLICO VALE DO ITAUNINHAS/ES – CIM ITAUNINHAS**.

4- ESTIMATIVA DE CUSTO GLOBAL

Segue a planilha de custos com preços médios conforme orçamentos captados por este Consórcio e planilha básica de execução dos serviços, para uma melhor compreensão dos quantitativos, custos e forma de execução dos serviços, ora contratados com serviços preliminares relacionados, mobilização e desmobilização, eventual alojamento e transporte de empregados, todos os materiais, inclusive sua carga, transporte e descarga, toda a mão de obra, ferramentas e equipamentos, serviços de limpeza, transporte de materiais, impostos, taxas de leis sociais e riscos de trabalho, benefício e despesas indiretas, equipamentos de proteção individual, além de qualquer outro custo envolvido para se alcançarem os objetivos desses itens.

ITEM	QUANT.	UNIDADE SERVIÇOS	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS PERFURAÇÃO DE POÇO	PREÇO MÉDIO/METROS
01	476	Metros	Perfuração de 12 (doze) Poços Tubulares (Sedimentados e/ou Rocha) de 6” Polegadas, com no máximo 120 metros	R\$ 273,00
TOTAL				R\$ 130.000,00

BARRAGEM ENGENHEIRO VALTER JOSÉ MATIELO

Fase	Descrição
01	Demarcação in loco dos locais de perfuração dos poços semi-artesianos;
02	Perfuração inicial de até 40 (Quarenta) Metros para obtenção de água para uso domiciliar, conforme consta na Ata de Conciliação junto aos Indenizados; Nos poços que não encontrar êxito de água para uso residencial na profundidade inicial de 40 (Quarenta Metros), ficará paralisado momentaneamente, aguardando a média geral das perfurações dos outros poços artesianos.
03	Após a primeira fase de perfurações, será calculado a quantidade de metros utilizadas para subtração da quantidade máxima calculada conforme valor disponível (Valor calculado conforme valor por metro do ganhador do certame)
04	Análise dos poços sem êxito de obtenção de água para uso residencial, verificando a quantidade disponível e rateio do restante da perfuração.
05	Execução do restante da perfuração disponível conforme sobra da Fase 04.

5- DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

P/A: 0001.01000.18.544.001.2001 – Manutenção das Atividades Geral do Consórcio
- 345909300 – Indenização e Restituições;

6- UNIDADE ADMINISTRATIVA RESPONSÁVEL PELA COORDENAÇÃO GERAL DO PROJETO

A unidade administrativa responsável pela coordenação deste projeto é o **CONSORCIO PÚBLICO VALE DO ITAUNINHAS/ES – CIM ITAUNINHAS,**.

7- MODALIDADE DE LICITAÇÃO

A modalidade de licitação será a Tomada de Preços.

8- ESTRATÉGIA DE SUPRIMENTOS: DA ENTREGA E RECEBIMENTO

A empresa obrigará-se a entregar os serviços estritamente de acordo com as especificações constantes neste Termo de Referência, responsabilizando-se pelo refazimento total ou parcial, na hipótese de se constatar defeitos na execução ou estiver em desacordo com as especificações adotadas. O fiscal deve, neste caso, comunicar formalmente, quaisquer ocorrências quanto à execução dos serviços, para anotação nos registros daquele Setor e adoção das medidas cabíveis.

9- DEVERES DAS PARTES

Da Contratante:

Proporcionar todas as facilidades para que a contratada possa desempenhar seus serviços, dentro das normas do Contrato a ser assinado e do Edital de Tomada de Preço;

BARRAGEM ENGENHEIRO VALTER JOSÉ MATIELO

Efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências do Contrato e do Edital, do objeto contratado, podendo rejeitar no todo ou em parte os serviços executados;

Notificar por escrito, à contratada, ocorrência de eventuais imperfeições e falhas no curso de execução dos serviços, fixando prazo para sua correção.

Prestar as informações e os esclarecimentos necessários à realização do objeto deste certame;

Fornecer à contratada todos os dados necessários para a entrega dos serviços;

Exercer a fiscalização dos serviços por servidores especialmente designados;

Da Contratada:

A CONTRATADA ficará obrigada a cumprir integralmente este edital, com zelo, diligência e economia, sempre em rigorosa observância aos termos da licitação e da sua proposta;

O CONSÓRCIO não arcará com os custos de poços secos.

Executar dentro da melhor técnica os serviços contratados com as especificações, projetos e instruções da fiscalização do **CONSORCIO PÚBLICO VALE DO ITAUNINHAS/ES – CIM ITAUNINHAS**.

Arcar com todo ônus e obrigações concernentes à legislação social, trabalhista, previdenciária, fiscal e comercial, que se relacionem direta ou indiretamente com o objetivo do contrato;

Arcar com todos os encargos e tributos que direta ou indiretamente incidam sobre o contrato a ser celebrado, atendido o parágrafo quinto d o artigo 65, da lei nº 8.666/93;

Toda equipe de mão de obra a ser empregada na execução dos serviços contratados, deverá ser constituída de profissionais idôneos, qualificados para a função e integrantes do quadro permanente da contratada.

Depois de constatado pela pessoa ou comissão designada pela fiscalização da obra, a má qualidade dos serviços, caberá a esta rejeitá-los, devendo a CONTRATADA reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução de materiais empregados ou da mão de obra.

A CONTRATADA arcará com o ônus das multas e penalidades decorrentes do não cumprimento de obrigações legais, regulamentares e contratuais.

A CONTRATADA irá responder, civil e criminalmente, por danos pessoais ou patrimoniais decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato ou ainda, por negligência, imprudência ou imperícia de seus prepostos.

A CONTRATADA deverá fornecer aos seus funcionários todos os E.P.I.s (Equipamentos de Proteção Individual) necessários e obedecer a todas as normas de segurança no trabalho.

Quaisquer modificações propostas pela CONTRATADA, decorrentes da incompatibilidade técnica entre o projeto e as reais necessidades do órgão contratante, somente poderão ser introduzidas após sua análise e aprovação pela Prefeitura de Pinheiros.

A CONTRATADA será responsável por uma limpeza rigorosa durante toda a execução dos serviços e ao final.

A CONTRATADA deverá assegurar a execução das obras e serviços, até seu recebimento provisório, a proteção e conservação dos materiais, equipamentos e dos serviços executados.

10- SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Durante a execução do contrato, poderão ser aplicadas as seguintes sanções;



BARRAGEM ENGENHEIRO VALTER JOSÉ MATIELO

- 1.1.1.1 - Advertência;
- 1.1.1.2 - Multa de 0,3 por dia de atraso;
- 1.1.1.3 - Multa de 10% pelo descumprimento do Contrato;
- 1.1.1.4 - Suspensão de contratar com a Administração;
- 1.1.1.5 - Declaração de inidoneidade para contratar com toda a Administração Pública Estadual.

11- DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do contrato, e será exercido por um representante da Administração, especialmente designado na forma dos artigos 67 a 73 da Lei nº 8.666/93.

O acompanhamento do contrato será realizado por meio de instrumentos de controle, que compreendem a mensuração dos seguintes aspectos:

Os resultados alcançados em relação ao contratado, com a verificação dos prazos de execução e da qualidade demandada;

A adequação dos serviços prestados à rotina de execução estabelecida;

O cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato; e

A satisfação do público usuário com o serviço prestado.

Ficam responsáveis pela fiscalização do Contrato no **CONSORCIO PÚBLICO VALE DO ITAUNINHAS/ES – CIM ITAUNINHAS**, o **Superintendente e o Assessor Jurídico**

Pinheiros - ES, 25 de Agosto de 2020.

ARNÓBIO SILVA PINHEIROS

Presidente

LEILSON DUARTE

Superintendente



BARRAGEM ENGENHEIRO VALTER JOSÉ MATIELO

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

ANEXO II

TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2020

(MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUPERVENIÊNCIA)

A _____ (nome da Empresa) _____, CNPJ nº _____, sediada à _____, declara, sob as penas da Lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo Licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Município /UF, ____ de _____ de _____.

Assinatura do Responsável da Empresa



BARRAGEM ENGENHEIRO VALTER JOSÉ MATIELO

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

ANEXO III

TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2020

(MODELO DE CREDENCIAL)

O abaixo assinado, na qualidade de responsável legal pela empresa _____ (nome da Empresa) _____, vem pela presente informar que designamos o Sr. _____, RG _____, para acompanhar a Tomada de Preços nº/....., podendo para tanto, impugnar, transigir, renunciar a recursos, requerer, e praticar qualquer ato necessário ao fiel cumprimento do presente credenciamento.

Município /UF, ____ de _____ de _____.

Assinatura do Responsável da Empresa



BARRAGEM ENGENHEIRO VALTER JOSÉ MATIELO

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)
ANEXO IV
TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2020
(MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL)

AO
CONSORCIO PÚBLICO VALE DO ITAUNINHAS/ES – CIM ITAUNINHAS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
Prezados Senhores,

Apresentamos a V.sas, nossa proposta, já incluídas todas as despesas necessárias à perfeita realização dos serviços, equipamentos, mão-de-obra, todos os encargos trabalhistas e previdenciários, fretes, impostos e taxas de qualquer espécie, tributos em geral e quaisquer outros encargos que incidam ou venham a incidir sobre a execução dos serviços e seus preços, conforme planilha de custos unitários e totais abaixo, nos termos do Edital de Tomada de Preços nº 001/2020 e seus Anexos.

ITEM	UNIDADE SERVIÇOS	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS PERFURAÇÃO DE POÇO	PREÇO POR METRO – R\$
01	Metros	Perfuração de 12 (doze) Poços Tubulares (Sedimentados e/ou Rocha) de 6” Polegadas, com no máximo 120 metros	

O prazo de validade de nossa proposta é de _____ dias (No mínimo 90 dias) corridos, contados da data da abertura da licitação.

Declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus anexos, bem como aceitamos todas as obrigações especificadas.

Caso nos seja adjudicado o objeto da licitação, comprometemo-nos a assinar o Contrato no prazo determinado no documento de convocação e executar os serviços no prazo e condições estabelecidas neste ato convocatório.

Município /UF, ____ de _____ de _____.

Assinatura do Responsável da Empresa



BARRAGEM ENGENHEIRO VALTER JOSÉ MATIELO

(PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE)

**ANEXO V
TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2020**

DECLARAÇÃO DE VISITA AO LOCAL DOS SERVIÇOS

À

Comissão Permanente de Licitação

REF.: TOMADA DE PREÇOS Nº001/2020, PINHEIROS – ES, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA TERMO DE REFERENCIA REFERENTE À PERFURAÇÃO DE 12 (DOZE) POÇOS ARTESIANOS, COM PROFUNDIDADE MÁXIMA DE 120 (CENTO E VINTE) METROS, BEM COMO, O FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL NECESSÁRIO PARA INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS POÇOS ABAIXO ELENCADOS, TODOS NESTE MUNICÍPIO.

Declaramos, sob as pena da lei, que visitamos o local onde serão desenvolvidos os serviços objeto da licitação em referência e temos, por conseguinte, pleno conhecimento das condições de acesso, das condições do objeto e das eventuais dificuldades que possam direta ou indiretamente dificultar ou mesmo comprometer o andamento das obras e/ou serviços.

Declaramos ainda estar cientes de que não poderão ser alegadas futuramente tais circunstâncias como justificativas para custos adicionais.

Município /UF, ____ de _____ de _____.

Assinatura do Responsável pela Empresa



BARRAGEM ENGENHEIRO VALTER JOSÉ MATIELO

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)
ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

“DECLARAÇÃO”

AO

CONSORCIO PÚBLICO VALE DO ITAUNINHAS/ES – CIM ITAUNINHAS

At. – Presidente da Comissão de Licitação

Tomada de Preço nº.001/2020

(Razão Social da Empresa), estabelecida na ... (endereço completo)...., inscrita no CNPJ sob nº., neste ato representada pelo seu (representante / sócio / procurador), no uso de suas atribuições legais, vem:

DECLARAR para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da Lei, **que não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública**, e que **não está suspensa de participar de processos de licitação ou impedida de contratar com CONSORCIO PÚBLICO VALE DO ITAUNINHAS/ES – CIM ITAUNINHAS**

, e que se compromete a comunicar ocorrência de fatos supervenientes.

Por ser verdade assina a presente.

....., de de xxxx.

Razão Social de Empresa
Nome do responsável / procurador
Cargo do responsável / procurador
Nº do documento de identidade



BARRAGEM ENGENHEIRO VALTER JOSÉ MATIELO

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

ANEXO VII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE PARA COM O MINISTÉRIO DO TRABALHO

“DECLARAÇÃO”

AO

CONSORCIO PÚBLICO VALE DO ITAUNINHAS/ES – CIM ITAUNINHAS At. – Presidente da Comissão de Licitação

Tomada de Preço nº.001/2020

(Razão Social da Empresa), estabelecida na ... (endereço completo)...., inscrita no CNPJ sob nº., neste ato representada pelo seu (representante / sócio / procurador), no uso de suas atribuições legais, vem:

DECLARAR para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da Lei, que está em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII, do Artigo 7 da Constituição Federal, e, para fins do disposto no inciso V do artigo 27 da Lei nº.8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº.9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

Por ser verdade assina a presente.

....., de de xxxx.

Razão Social de Empresa
Nome do responsável / procurador
Cargo do responsável / procurador
Nº do documento de identidade

ANEXO VIII

BARRAGEM ENGENHEIRO VALTER JOSÉ MATIELO

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E REAJUSTAMENTO

Pelo serviço a Contratante pagará a Contratada, a importância de R\$ _____(valor numérico)_____ (valor por extenso), conforme detalhamento constante do Anexo VIII - Planilha Orçamentária.

O preço contratado não poderá ser reajustado.

CLÁUSULA QUARTA - DO FATURAMENTO

a. A Contratada deverá comprovar, no ato da entrega do segundo faturamento e assim sucessivamente até o último, o recolhimento do tributo incidente, relativo ao faturamento do mês imediatamente anterior ao do faturamento que estiver sendo apresentado, ficando a liberação deste vinculada à apresentação do citado documento, devidamente autenticado.

a-1 Nas guias de recolhimento do Tributo deve constar o número da nota fiscal correspondente.

a-2 Em se tratando de ISS, deverá constar na guia de recolhimento:

- Nome e CNPJ da empresa tomadora;
- Número, data e valor total das Notas Fiscais de serviços as quais se vincularem;
- Número do Contrato

a-3 O **CONSORCIO PÚBLICO VALE DO ITAUNINHAS/ES – CIM ITAUNINHAS** exigirá, para liberação da fatura, a partir do segundo mês de execução dos serviços e assim sucessivamente, cópias autenticadas das Guias de Recolhimento do INSS e FGTS relativas ao mês imediatamente anterior, ficando a liberação do processo de pagamento, condicionado a efetiva comprovação da quitação.

a-4 As Guias mencionadas no §2º, deverão demonstrar o recolhimento individualizado especificamente para o presente Contrato, acompanhadas da relação dos empregados envolvidos na execução dos serviços no mês de referência.

a-5 Quanto ao INSS, na GRPS deverá constar do campo **outras informações**, os seguintes dados:

- Nome e CNPJ da empresa tomadora;
- Número, data e valor total das Notas Fiscais de serviços às quais se vincularem;
- Número do contrato;
- Número efetivo de empregados

b. A Prefeitura Municipal de Pinheiros poderá solicitar, a qualquer tempo, as folhas de pagamento dos empregados envolvidos na execução dos serviços.

c. Para efeito do recebimento da última Nota Fiscal, ao término do contrato, deverá a Contratada apresentar a Certidão Negativa dos Órgãos competentes, relativas ao INSS, FGTS e ISS.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

a. A Contratante pagará à Contratada pelo serviço efetivamente prestado no mês de referência, no sétimo dia útil após a conclusão da parcela convencionada.

§1º - Caberá a Contratada, no 1º dia útil após a conclusão da parcela, comunicar por escrito a Contratante tal fato, devendo a Administração receber o objeto na forma do presente contrato. Após recebimento do objeto, a Contratada deverá apresentar a fatura, em no máximo 02 (dois) dias úteis.

BARRAGEM ENGENHEIRO VALTER JOSÉ MATIELO

A fatura será paga no 10º (décimo) dia útil da sua apresentação, vedada à antecipação. Se houver alguma incorreção na Nota Fiscal / Fatura, a mesma será devolvida à Contratada para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data de apresentação na nova Nota Fiscal/Fatura, sem qualquer ônus ou correção a ser paga pelo Contratante.

A liquidação das despesas obedecerá rigorosamente o estabelecido na Lei nº 4.320/64 e alterações posteriores;

Para efetivação do pagamento a empresa deverá apresentar juntamente com a Nota Fiscal todas as Certidões Negativas da Empresa (Certidão Negativa da SRF e Certidão Negativa da Dívida Ativa – Procuradoria da Fazenda); Certidão Negativa de Débitos – CND, perante o Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS; Prova de regularidade (certidão) com o FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço); Prova de regularidade com a Fazenda Estadual da sede do licitante; Prova de Regularidade (certidão) com a Fazenda Municipal da sede do licitante; Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

Na hipótese da indisponibilidade temporária do índice, a Contratada emitirá a fatura considerando o índice de reajuste utilizado no mês anterior ao de referência, ficando a diferença para emissão “a posteriori”, quando da disponibilidade do índice definitivo, para acerto na fatura seguinte, sem reajustes.

CLÁUSULA SEXTA - DO CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS

A Contratante efetuará avaliação mensal dos serviços executados pela Contratada, emitindo relatório das irregularidades ocorridas durante a execução dos serviços.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO DE INÍCIO E DA DURAÇÃO DO CONTRATO

A execução do serviço ajustado terá início no dia subsequente à data da emissão da Ordem de Serviço, devendo a publicação do resumo do contrato. O contrato terá duração de xxx (xxxxxxxxxxxxxxxx) dias, sendo permitida sua prorrogação nas hipóteses previstas e Lei e **após Manifestação Formal da Procuradoria Municipal.**

CLÁUSULA OITAVA - DAS FONTES DE RECURSOS

Os recursos necessários ao pagamento das despesas inerentes a este Contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

- P/A: 019019.2060500502.029 – Construção de Poços, Tanques e Barragens;
- 44905100000 – Obras e Instalações;

CLÁUSULA NONA - DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

A- Compete à Contratada:

Executar dentro da melhor técnica os serviços contratados com as especificações, projetos e instruções da fiscalização do **CONSORCIO PÚBLICO VALE DO ITAUNINHAS/ES – CIM ITAUNINHAS.**

Arcar com todo ônus e obrigações concernentes à legislação social, trabalhista, previdenciária, fiscal e comercial, que se relacionem direta ou indiretamente com o objetivo do contrato;

Arcar com todos os encargos e tributos que direta ou indiretamente incidam sobre o contrato a ser celebrado, atendido o parágrafo quinto do artigo 65, da lei nº 8.666/93;

BARRAGEM ENGENHEIRO VALTER JOSÉ MATIELO

Toda equipe de mão de obra a ser empregada na execução dos serviços contratados, deverá ser constituída de profissionais idôneos, qualificados para a função e integrantes do quadro permanente da contratada.

Depois de constatado pela pessoa ou comissão designada pela fiscalização da obra, a má qualidade dos serviços, caberá a esta rejeitá-los, devendo a CONTRATADA reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução de materiais empregados ou da mão de obra.

A CONTRATADA arcará com o ônus das multas e penalidades decorrentes do não cumprimento de obrigações legais, regulamentares e contratuais.

A CONTRATADA irá responder, civil e criminalmente, por danos pessoais ou patrimoniais decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato ou ainda, por negligencia, imprudência ou imperícia de seus prepostos.

A CONTRATADA deverá fornecer aos seus funcionários todos os E.P.I.s (Equipamentos de Proteção Individual) necessários e obedecer a todas as normas de segurança no trabalho.

Quaisquer modificações propostas pela CONTRATADA, decorrentes da incompatibilidade técnica entre o projeto e as reais necessidades do órgão contratante, somente poderão ser introduzidas após sua análise e aprovação pelo **CONSORCIO PÚBLICO VALE DO ITAUNINHAS/ES – CIM ITAUNINHAS**.

A CONTRATADA será responsável por uma limpeza rigorosa durante toda a execução dos serviços e ao final.

A CONTRATADA deverá assegurar a execução das obras e serviços, até seu recebimento provisório, a proteção e conservação dos materiais, equipamentos e dos serviços executados.

Será também de responsabilidade da Contratada, executar as revisões e reparos em tubulações, conexões e registros hidráulicos nos poços, assim como, prestar assistência técnica, realizar testes periódicos, medições, procedimentos de limpeza, conservação e calibração nas eletro bombas, quadros elétricos e seus componentes, durante um período de 12 (doze) meses, como garantia dos serviços prestados.

Devera regularizar os poços juntos aos órgãos competentes (AGERH), e outros porventura que sejam necessário para cumprimento da legislação vigente.

Observação: A constatação de qualquer procedimento irregular pela Contratada implicará na retenção dos pagamentos devidos pelo **CONSORCIO PÚBLICO VALE DO ITAUNINHAS/ES – CIM ITAUNINHAS**, até que seja feita a regularização.

B- Compete à Contratante:

- a) Pagar à Contratada o preço estabelecido nos termos deste Contrato
- b) Designar servidor responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução dos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

Durante a execução do Contrato, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso;
- c) Multa de 10% (dez por cento) pelo descumprimento do Contrato;
- d) Suspensão para contratar com a Administração;
- e) Declaração de inidoneidade para contratar com toda a Administração Pública Estadual.

BARRAGEM ENGENHEIRO VALTER JOSÉ MATIELO

Antes da aplicação de qualquer das penalidades, a Contratada será advertida, devendo apresentar defesa em 05 (cinco) dias úteis.

A Contratada, durante a execução do Contrato, somente poderá receber 03 (três) advertências, quando então, será declarado o descumprimento do Contrato, com a aplicação das penalidades cabíveis. A Administração, porém, poderá considerar rescindido o Contrato mesmo que só tenha ocorrido uma advertência.

As advertências, quando seguidas de justificativa aceita pela Administração, não serão computadas para o fim previsto no item 11.2.1.

As advertências, quando não seguidas de justificativa aceita pela Administração, darão ensejo à aplicação das penalidades das letras “b” a “e” do item 11.1.

As multas previstas nas letras “b” e “c” poderão ser aplicadas em conjunto e cumuladas com uma das penalidades previstas nas letras “d” e “e” do item 11.1.

A multa moratória será calculada do momento em que ocorreu o fato gerador e não da advertência, estando limitada a 10% (dez por cento), quando deverá ser rescindido o Contrato e aplicada, também, a multa cominatória de 10% (dez por cento). Poderá a Administração, entretanto, antes de atingido o limite, rescindir o Contrato em razão do atraso.

A Administração poderá considerar outros fatos, que não o simples atraso na execução do Contrato, para entender rescindido o Contrato.

As multas serão calculadas pelo valor total do Contrato, devidamente atualizado nos termos das cláusulas de reajuste.

Se o descumprimento do Contrato gerar conseqüências graves para a Administração, poderá a Administração, além de rescindir o Contrato, aplicar uma das penalidades previstas na letra “d” ou “e” do item 11.1.

Se os danos restringirem-se à Administração Contratante, será aplicada a pena de suspensão pelo prazo de, no máximo, 02 (dois) anos.

Se puderem atingir a Administração Pública Municipal como um todo, será aplicada a pena de Declaração de Inidoneidade.

A dosagem da pena e a dimensão do dano serão identificados pelo **CONSORCIO PÚBLICO VALE DO ITAUNINHAS/ES – CIM ITAUNINHAS**

Quando declarada a Inidoneidade da Contratada, a CPL submeterá sua decisão ao presidente, a fim de que, se confirmada, tenha efeito perante a Administração.

Não confirmada a Declaração de Inidoneidade, será esta considerada como suspensão para contratar com a Administração pelo prazo máximo.

Poderão ser declarados inidôneos, ou receberem a pena de suspensão, as empresas ou profissionais que, em razão dos Contratos regidos pela Lei nº 8.666/93:

I. Tenha sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos.

II. Tenham praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

III. Demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude da prática de atos ilícitos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

Constituem motivos para rescisão unilateral do contrato, independentemente de procedimento judicial ou extrajudicial, sem que assista à Contratada o direito a qualquer indenização os seguintes casos:

I. O descumprimento ou o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

BARRAGEM ENGENHEIRO VALTER JOSÉ MATIELO

- II. A lentidão no cumprimento do contrato, que impossibilite a conclusão dos serviços no prazo estipulado.
- III. Atraso injustificado no início dos serviços;
- IV. Paralisação dos serviços, sem justa causa e prévia comunicação a Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Obras e Transporte;
- V. A sub-contratação total ou parcial do seu objeto, sem a anuência prévia do **CONSORCIO PÚBLICO VALE DO ITAUNINHAS/ES – CIM ITAUNINHAS** que deverá aprovar o Contrato de sub-empregada assinado entre a Contratada e a Sub-Contratada, conforme artigo 72 da Lei 8666/93.
- VI. Desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como a de seus superiores;
- VII. O cometimento reiterado de faltas na execução, anotadas na formas do §1º do art. 67, da Lei nº 8.666/93;
- VIII. Decretação de falência, instauração de insolvência civil, dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;
- IX. Alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da Contratada que, a Juízo do **CONSORCIO PÚBLICO VALE DO ITAUNINHAS/ES – CIM ITAUNINHAS**, prejudique a execução do Contrato;

O valor das multas aplicadas atingir 10% (dez por cento) do valor global contratado ou após o trigésimo dia de atraso no cumprimento da obrigação assumida;

Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pelo **CONSORCIO PÚBLICO VALE DO ITAUNINHAS/ES – CIM ITAUNINHAS**, exaradas no processo administrativo a que se refere o Contrato;

O descumprimento do disposto no inciso V do art.27 da Lei 8.666/93, com a redação conferida pela Lei 9.854/99.

Parágrafo Único - A rescisão do Contrato poderá ainda ocorrer nas demais hipóteses e condições previstas nos artigos 78 e 79 da Lei nº 8.666/93, com aplicação do art. 80 da mesma Lei, se for o caso.

CLÁUSULAS DÉCIMA SEGUNDA - DOS ADITAMENTOS

O presente Contrato poderá ser aditado, nos termos da Lei 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS RECURSOS

Os recursos, a representação e o pedido de reconsideração, somente serão acolhidos nos termos do art. 109, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO ACOMPANHAMENTO, DA FISCALIZAÇÃO E DO RECEBIMENTO.

O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do contrato, e será exercido por um representante da Administração, especialmente designado na forma dos artigos 67 a 73 da Lei nº 8.666/93.

O acompanhamento do contrato será realizado por meio de instrumentos de controle, que compreendem a mensuração dos seguintes aspectos:

Os resultados alcançados em relação ao contratado, com a verificação dos prazos de execução e da qualidade demandada;

A adequação dos serviços prestados à rotina de execução estabelecida;



BARRAGEM ENGENHEIRO VALTER JOSÉ MATIELO

O cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato; e
A satisfação do público usuário com o serviço prestado.

Ficam responsáveis pela fiscalização do Contrato pelo **CONSORCIO PÚBLICO VALE DO ITAUNINHAS/ES – CIM ITAUNINHAS**, o Superintendente e o Assessor Jurídico.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO REPRESENTANTE DA CONTRATADA

Representará a Contratada na execução do ajuste, como preposto, _____(nome completo, nacionalidade, profissão e condição jurídica do representante da empresa)_____.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E DO FORO

A rescisão do Contrato poderá ainda ocorrer de forma amigável, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo, desde que haja conveniência para a Administração Pública.

Fica eleito o foro da Comarca de **Pinheiros** do Estado do Espírito Santo, para dirimir qualquer dúvida ou contestação oriunda direta ou indiretamente deste instrumento, renunciando-se expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente em três vias de igual teor e forma, para igual distribuição, para que produza seus efeitos legais.

Pinheiros(ES), ____ de _____ de _____.

CONSORCIO PÚBLICO VALE DO ITAUNINHAS/ES – CIM ITAUNINHAS

ARNOBIO PINHEIRO SILVA

Presidente

CONTRATADA.

TESTEMUNHAS:

1 _____
2 _____